



Artigos/Articles

The Purple Jar: Análise de uma proposta de tradução da narrativa de Maria Edgeworth

The Purple Jar: Maria Edgeworth's narrative translation proposal analysis

Davi Silva Gonçalves¹

Willian dos Santos²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma proposta de tradução do livro originalmente titulado *The Purple Jar* (1801), de Maria Edgeworth, bem como uma reflexão acerca desse processo, levando em conta aspectos como o consumismo e os valores de uso e de troca. Inicialmente, refletimos acerca dos estudos da tradução, como forma de apresentar a falsa oposição entre tradução livre e tradução fiel. Dentre os principais teóricos apresentamos Cícero e Horácio, os quais privilegiam a suposta tradução livre e, por outro lado, teóricos que discutem a possibilidade de uma tradução literal, como Goethe, Schlegel e Schleiermacher. A partir disso, analisamos nossa proposta de tradução da obra supracitada, tendo em vista a sua temática e as escolhas e desafios dos tradutores.

▮ **Palavras-Chave:** Purple Jar, Maria Edgeworth, Domesticação

ABSTRACT

The present article presents a translation proposal of the book originally titled The Purple Jar (1801), by Maria Edgeworth, as well as a reflection upon this process, taking into account aspects such as consumerism and the values of use and exchange. Firstly, we reflect upon translation studies, as to present the false opposition between free and faithful translation. Among the leading theorists are Cícero and Horácio, who favor the supposed free translation and, on the other

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. <https://orcid.org/0000-0001-8825-2859>. Email: gdavi1210@gmail.com

² Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. <https://orcid.org/0000-0002-0472-8352>. Email: williandossantos1993@hotmail.com

hand, theorists who discuss the possibility of a literal translation, such as Goethe, Schlegel and Schleiermacher. Afterwards, we analyse our translation proposal of the mentioned narrative, taking into account its theme and the choices and challenges faced by its translators.

| **Keywords:** *Literatura, Tradução, Karl Marx.*

1. Introdução

Entendemos que muitas pessoas ainda acham que a tradução é uma mera conversão de palavras de uma língua para outra, e que, talvez, poderia ser futuramente algo feito por um programa/software de tradução; mas, pelo modo como vemos, principalmente, a tradução literária, não se trata de uma tarefa tão simples assim, pois exige do tradutor habilidade com as palavras e muita criatividade. Então, primeiramente, iniciamos falando sobre o valor da tradução e os benefícios que ela gera para leitores de todo mundo. Entretanto, o principal objetivo desse trabalho é fazer nossa própria tradução do livro *The purple Jar* da autora Maria Edgeworth, originalmente de 1796. Assim, usaremos uma versão digitalizada de 1801.³

Sendo assim, nos propusemos a fazer a tradução, pois acreditamos que a história é muito cativante, além de que, do modo que vemos, ela tem um vasto potencial para auxiliar e ajudar a educar crianças, ensinando-as, talvez, a tomar decisões mais racionais no que tange o consumo e a qualidade e importância dos objetos consumidos – elemento central para o desenvolvimento do enredo original. Sendo este um livro originalmente dedicado às crianças, o vocabulário e os acontecimentos foram narrados de forma com que os leitores não se deparem com algo tão desafiador em termos literários. A temática proposta pela história é, sim, de grande profundidade naquilo que concerne à reflexão por ela promovida, mas, linguisticamente, é, também, uma história de fácil

³ Durante o século XVIII, a Inglaterra passou por um grande momento de crescimento industrial (revolução industrial), principalmente urbano. Nessa época, o dinheiro tornou-se algo de desejo entre os capitalistas na busca de ampliar os negócios. Assim, a Inglaterra tornou-se a principal potência industrial da Europa. Por outro lado, as condições de trabalho eram precárias com mão de obra barata. Sobre a autora: Maria Edgeworth nasceu em 1768 em Black Bourton, Oxifordshire Inglaterra, e faleceu em 1849, filha de Anna Maria Elers e Richard Lowell Edgeworth, o qual teve vinte e dois filhos com quatro diferentes esposas. Quando ela tinha quatorze anos ela quase perdeu a visão ficando, assim, a guarda de seu pai, pois sua mãe já havia falecido. Maria foi muito conhecida pelas histórias infantis e pelos romances sobre a vida irlandesa. Seu primeiro romance chamava-se *Castle Rackrent* (1800) e depois veio *Belinda* (1801). Entre 1809 e 1812, ela publicou *Tales of Fashionable Life*, *Patronage* em 1814 e *Ormond* em 1817. O livro mais famoso *The Purple Jar* foi publicado em 1796 numa coleção chamada *The Parent's Assistant*. Essa coleção tinha como objetivo educar crianças com base em situações sociais reais. Na história temos Rosamond, uma menina de sete anos de idade passeia com sua mãe pelas ruas de Londres. Para a menina é dado o direito de decisão de ter um jarro roxo (algo inútil, no contexto da história) ou um novo par de sapatos (algo útil). A menina, por sua vez, escolhe pelo vaso roxo, porém, em seguida, ela percebe que sua escolha foi infeliz ao ver inutilidade ao vaso roxo e sua mãe a adverte que ela deve ser mais responsável pelas escolhas feitas.

compreensão. Trata-se de uma narrativa sobre um acontecimento comum, até mesmo banal, que está no cotidiano de muitas famílias e crianças. Ao decorrer da tradução, surgiram mesmo alguns pontos ligados à domesticação e estrangeirização.

Como colocado, nosso objetivo é fazer uma tradução, mas, para que todo o processo pudesse ser concretizado e ocorrer de forma clara e objetiva, primeiramente vimos a necessidade de apresentarmos alguns teóricos importantes da área e discutirmos algumas das teorias defendidas por eles. Aqui, antes de iniciarmos a discussão do trabalho propriamente dita, abordamos, de forma sintática, suas principais contribuições. Alguns desses nomes são: Goethe, Schlegel e Schleiermacher, os quais tecem suas reflexões no que parece ser uma tentativa de privilegiar a tradução literal, que outros chamariam de estrangeirização (ainda que os termos não sejam exatamente análogos). Em oposição a tradução literal, temos nomes como Cícero e Horácio, os quais defendem a tradução livre, que em alguns casos pode ser compreendida como domesticação (ainda que a mesma observação de não analogia seja aqui cabível). José Pinheiro de Souza (1998) contribui para essa discussão ao afirmar que o método de tradução mais apropriado só pode ser determinado em razão do tipo de texto a ser traduzido. Sinara de Oliveira Branco e Iá Niani Belo Maia (2016) alegam que a tradução está relacionada às práticas socioculturais. Há também outros métodos e teorias que complementam ou associam-se a essas apresentadas, como veremos a seguir. Com a apresentação do nosso principal arcabouço teórico, fazemos uma reflexão acerca da necessidade ou não de uma escolha específica por uma das teorias presentes para fazer a tradução. Esta, após concluída, consiste em uma fonte expressiva de experiências não só ligadas ao processo tradutório, como também a análise literária da obra com base nas teorias marxistas sobre o valor de uso e troca. Assim, em um último momento, discutimos a relevância do texto que traduzimos para os leitores da versão proposta em língua portuguesa do Brasil.

2. Algumas considerações sobre o livro e a tradução

A tradução possibilita que textos sejam melhor compreendidos, atualizados, melhorados, dependendo do caso, já que é principalmente através dela que o texto de partida é rearticulado em novos contextos temporais e espaciais. O processo tradutório, desse modo, é também responsável por muitas vezes ressuscitar histórias já esquecidas pelo tempo. Quando lemos, é bem verdade que entendemos aquilo que lemos de forma sempre superficial, isso quer dizer que, ainda que nos atentemos aos detalhes nas entrelinhas, sempre haverá algum sentido que não foi decodificado e rearticulado por essa ou aquela leitura. Mantemos a linear captação dos sentidos, ao nosso modo, segundo o andamento de uma história que é apenas nossa, apenas segundo nossa leitura e nossa particular compreensão das ideias e ações principais. Por isso o papel

do tradutor é tão desafiador; ele tenta apropriar-se de leituras as mais diversas, como se um mesmo leitor se visse na obrigação de representar dezenas e dezenas de outros leitores.

J. Salas Subirat, que traduziu *Ulysses* de Joyce para o espanhol, diz que traduzir é a maneira mais atenta de ler. O próprio Paulo Rónai, após referir-se à frase de Subirat, acrescenta que, na prática da tradução, chegou à conclusão de que a maneira ideal de ler e absorver integralmente uma obra-prima era traduzi-la. Aí, nada de leitura dinâmica, em diagonal, para colher apenas por alto o sentido e correr direto ao desfecho: saboreia-se cada palavra, lê-se nas entrelinhas, penetra-se o estilo do escritor, aprende-se a conhecê-lo de perto e a amá-lo. (ANTUNES 1991, p. 6)

Toda leitura é válida, contanto que esta esteja munida de evidências literárias e uma lógica interpretativa coerente. No caso da tradução, a busca pela recriação de sentidos requer que o tradutor se entregue por completo ao texto, e busque, em sua versão, recriar a dimensão de possibilidades que oferece o texto fonte (sempre de outro modo, sempre em outra medida). Por isso a tradução seria a forma última de leitura, porque, se é essa a tarefa que almejamos, dificilmente pararemos na interpretação daquele sentido que vemos no texto; nossa busca, para além disso, seria também pelos sentidos que não vemos – por aqueles sentidos que acreditamos ser possível que outros olhares concebam. Em um texto literário, portanto, o papel do tradutor não seria nunca condizente com uma mera conversão de palavras, mas sim, com a transformação de uma ideia de um idioma para outro – segundo sua própria leitura. Isso significa compreender o sentido das frases e reproduzi-las de modo autônomo, como quando contamos a alguém certa história que escutamos, e o fazemos com nossas próprias palavras. A questão da transformação, da reprodução e da comunicação de uma língua para outra foi pautada numa citação abordada por Zimbres (2005) na qual a autora apresenta, através das palavras de Ordurari em 2008, a tradução como descontextualização e recontextualização, sendo essa produtiva mais do que reprodutiva, nesse sentido, a tradução nunca é inocente. A escolha dessas palavras, desse modo, vai inclusive sempre muito além de seus significados tidos como literais.

Ainda há, arriscamos dizer, muitos críticos que estão longe de se satisfazer com o ato de tradução. Nas redes mais populares de reflexões sobre cultura e, pasme, até mesmo no âmbito acadêmico, é comum que a tradução seja considerada uma forma menor de leitura e um processo que limita, atrapalha ou prejudica a compreensão do sentido do texto de partida. Trata-se de uma visão tradicionalista e equivocada do sentido como centrado ou no autor do texto fonte, ou no texto fonte, que elimina as transformações que esse texto sofre com o tempo, bem como a natureza subjetiva e inalcançável dos sentidos apresentados no texto de partida e das ambições conceituais da mente autoral.

Ora, se já é senso comum que o autor não é o detentor dos sentidos, porque aquilo que ele escreveu é ainda compreendido como sagrado ou intocável? Por outro lado, hoje também se entende que a área da literatura possibilita trabalhar com as palavras, moldando-as, transformando-as ou também as substituindo por palavras que melhor se adaptem ao novo contexto da história. Seria algo como reescrever o que foi lido anteriormente, com interpretações que cada tradutor saiba inserir em cada contexto por ele representado, levando em conta o público que recebe o texto, as formas mais plausíveis de situá-lo na cultura alvo, e as limitações e possibilidades inerentes a essa ou aquela situação.

Entendemos que, independente do texto, traduções perfeitamente iguais ao texto fonte são sempre impossíveis; justamente pelo desequilíbrio natural entre as línguas e, por mais que o texto técnico possa ser mais objetivo e mais artístico, ele também pode estar carregado de variadas possibilidades de significação e interpretação, ou seja, havendo ambiguidade. A língua, afinal de contas, nunca é clara e objetiva, e o texto em que ela emerge é irrelevante nesse sentido – poético ou não, um texto técnico também está predisposto a sofrer diretamente com a complexidade da língua em que foi escrito. Isso é dizer que diferenças existem, obviamente; entretanto, ambas as modalidades de traduções requerem do tradutor muita pesquisa, dedicação e interpretação. Segundo Bezerra (2012), a tradução é uma recriação derivada da criatividade do leitor/tradutor ao transformar o texto de partida, não sendo inferior ou superior a ele.

Existem reflexões antigas acerca da problemática falsa dicotomia de tradução livre e tradução literal: isto é, entre uma tradução que transforma o original, o adaptando, e uma tradução fiel, que transfere o seu “espírito”. Esses debates envolvem, em seu incipit, nomes como Cícero e Horácio. Ambos, em seus escritos, alegam acreditar que a tradução deve conter palavras adequadas aos costumes do público-alvo, não sendo necessário traduzir “palavra por palavra”, mas sim, mantendo o significado e o valor da “verdade”. Desse modo, é acertado dizer que os dois defendiam algo próximo daquilo que compreendemos como “tradução livre”; o que geraria controvérsias durante muitos séculos. Tradicionalmente, também há, por outro lado, nomes que repudiam a tradução livre e defendem a tradução literal; ou seja, são autores que procuram manter as sequências de palavras, o léxico e o sentido expresso exatamente como no texto fonte. Do modo que estes veem, não caberia ao tradutor fazer nenhuma alteração no material textual, apenas uma “conversão” fiel do texto de um idioma para outro. Autores como Goethe⁴, Schlegel e

⁴ Goethe ainda entende que esse tipo de tradução mais livre pode fazer com que o texto criado não seja satisfatório para o gosto dos futuros leitores. Em tudo o que gera discussão há controvérsias, e na tradução não seria diferente. A ideia de que tudo o que é escrito precisa ser estudado, compreendido e transformado em outro idioma através de equivalentes mais próximos (sendo que a mensagem de chegada deve ser equivalente ao sentido da mensagem original), entretanto, se trata de um argumento excessivamente simplista. Isto dado que a própria noção de equivalência pode ser questionada – e é precisamente isso que fazem as discussões mais contemporâneas acerca do tema. Ainda que haja todos esses debates sobre a

Schleiermacher acreditavam, ainda no século XVIII, que não é objetivo do tradutor tornar o texto palpável, de fácil compreensão ao leitor; mas sim, manter seus traços e características, atendo-se ao máximo o texto fonte e sua identidade original.

Neste trabalho, o nosso enfoque analítico, como já visto anteriormente, é dedicado à tradução de literatura infanto-juvenil – ou seja, esse trabalho se situa na área de literatura escrita para crianças, mas também traduzida para elas. Acreditamos que traduzir para crianças é papel de suma importância na vida delas, tanto pedagogicamente quanto afetivamente; e é possível citarmos dezenas de histórias já popularizadas no cânone da literatura infanto-juvenil, sempre lembradas quando pensamos em questões como criatividade, formação crítica, construção de autonomia psíquica, inter-relações etc. Algumas das obras pertencentes a esse cânone são: Alice no País das Maravilhas (Lewis Carroll, 2007), O mágico de OZ (L. Frank Baum, 2011), Peter Pan (James M. Barry, 1911), Ursinho Puff (A.A. Milne, 1994). Nas palavras de Oittinen (2006, 22, tradução nossa), “a literatura estimulou a automotivação das crianças permitindo-lhes descobrir por si mesmas como levar uma vida feliz e útil”.⁵

Seja no caso de livros de literatura infanto-juvenil, seja no caso de qualquer outro tipo de livro, certas estratégias de tradução, bem como certas escolhas por traduzir este ou aquele texto original, podem, por si só, auxiliar no estabelecimento de um certo equilíbrio naquilo que concerne questões de poder, e os elementos que regem tais temas. Concordamos que todas as artes (nesse caso, os textos literários) são frutos de uma certa percepção ideológica do mundo; percepção esta a qual relata a vivência humana em sociedade, seus valores e ideias, distorcendo e/ou rearticulando a realidade social (EAGLETON, 2003). Se voltarmos à nossa discussão sobre tradução livre e tradução literal, é evidente que existem questões ideológicas e relações de poder por trás de ambas as estratégias. Vale citar, nesse caso, o fato de certas culturas contarem com uma tradição tradutória que privilegia uma tradução livre por excelência, uma adaptação completa dos valores do texto fonte para a cultura de chegada, tida como mais importante, erudita e/ou sofisticada – a citar: as “belas infiéis”.⁶

tradução, a mensagem que queremos deixar aqui é principalmente a de que há diversos livros interessantes escritos em várias línguas; e, se não fosse o trabalho árduo, técnico e minucioso de um tradutor, muitas dessas informações, conhecimentos e narrativas presentes nas obras originais estariam eternamente limitadas a uma certa quantia de pessoas/leitores da língua de criação. Isso significa que, mais importante do que as estratégias e/ou crenças do tradutor, a disseminação de tal obra, em nova forma, bem como sua manutenção é o que há de mais relevante em seu trabalho.

⁵ *Literature stimulated the self-motivation of children by allowing them to work out for themselves how to lead a happy and useful life.*

⁶ As chamadas “Belas infiéis” consistem em um conceito elaborado no século XVII por Monsieur Ménage, que utiliza o termo para se referir e repudiar uma certa tradição das traduções literárias como empregadas na França principalmente naquele período específico (mas não somente, sendo uma tradição que ainda persiste para certos casos). Há uma clara analogia entre essas traduções “traidoras” e as mulheres infiéis; já o adjetivo “belas” faz menção à qualidade estilística das obras, que eram recriadas tendo em vista aquilo que os franceses consideravam belo. Assim, o princípio básico de uma tradução que segue esse modelo seria o de dar ao texto traduzido o “tom” mais francês possível; independente do grau de modificações feitas, uma boa tradução seria considerada aquela que evita o estranhamento do contexto de partida e

Já a tradução supostamente literal, ou seja, que privilegia a cultura de partida ao invés da de chegada, costuma ser preferida por aqueles que traduzem de culturas mais hegemônicas para culturas mais periféricas; se estou traduzindo para um contexto “menor” ou “menos importante”, tendo a colocar o texto de partida em um pedestal, e a dirimir a cultura de chegada.

Para ambas as visões, o ideal é que o leitor não se dê conta que se trata de um texto traduzido – a diferença está no fato de que, para os que tem orgulho de sua cultura, o texto deve ser engolido por ela e ter sua identidade do texto fonte adaptada ao contexto de chegada, enquanto, para os que diminuem sua própria cultura, o texto deve parecer completamente alheio a ela, exatamente como o autor “teria dito” se você fosse capaz de lê-lo em sua língua de origem. Tudo isso implica dizer que, na tradução, não só as opiniões divergem (quanto às melhores estratégias), como também a própria visão acerca do que é possível ou não fazer no processo de reescrita do texto fonte. É bem verdade, por outro lado, que as dicotomias que a acompanham estão presentes já desde sua concepção. Os próprios gregos já postulavam duas maneiras de se traduzir: “a metáfrase, a tradução que se atém rigidamente à forma e ao sentido do original, e a paráfrase, uma reinterpretação pelo tradutor do texto-fonte, que é expresso de forma livre no léxico e nas estruturas gramaticais da língua de chegada” (ZIMBRES, 2015, p. 10). A metáfrase, portanto, seria análoga à ideia de tradução literal, enquanto a paráfrase seria sinonímica ao conceito de tradução livre. Essa mesma dicotomia é também apresentada como “domesticação” e “estrangeirização”, termos esses trazidos por Venuti (1995; 1998) em sua análise das reflexões feitas por Schleiermacher.

Segundo os autores, “[...] enquanto a domesticação molda os textos para atingir os valores linguísticos e culturais, na estrangeirização alguns vestígios significativos do texto original são mantidos” (OITTINEN, 2006, p. 42, tradução nossa).⁷ Ou seja, enquanto a domesticação buscaria fazer com que os leitores entendam com mais facilidade o que o autor do texto fonte “queria dizer”, a estrangeirização surgiria como uma estratégia para não colocar os valores da cultura de chegada sobre a cultura de partida. Outro modo de dizer seria: a estrangeirização busca manter o texto fonte onde ele está e levar até ele o leitor da tradução; enquanto a domesticação busca manter o leitor onde ele está, levando até ele o texto traduzido. Ainda seguindo essa ideia de domesticação, para outros autores o termo pode ser compreendido de modo ainda mais

reproduz a beleza segundo os padrões do contexto de chegada: ou seja, o francês. Alguns exemplos desse método de tradução podem compreender: 1) um excessivo enobrecimento da estrutura textual, em detrimento de coloquialismos presentes no original; 2) a reorganização de frases, parágrafos e/ou capítulos com o intuito de deixar o texto mais palatável, claro ou “bonito”; 3) a substituição de elementos presentes na cultura do texto original – como alimentos, bebidas, artistas etc. – por elementos comuns a cultura francesa; 4) a recaracterização de personagens, eventos ou mesmo a alteração de técnicas narrativas para melhor agradar ao público francês; 5) A adição de informações que afrancesem o texto, mesmo em momentos nos quais não há nenhuma marcação indicativa de pertencimento geográfico ou cultural, etc.

⁷ *While domestication assimilates texts to target linguistic and cultural values, in foreignization some significant traces of the original text are retained.*

abrangente. “Existem também várias maneiras de domesticar, como abreviar livros ou criar versões para um meio diferente, por exemplo, quando Harry Potter foi transformado em filme” (OITTINEN, 2006, p. 43). Fundamental para a domesticação é a ideia de que uma boa leitura é aquela que é acessível, atraente e, principalmente, compreensível.

O tradutor é um leitor e recriador, suas escolhas são baseadas em sua análise do que seria mais válido; e isso ninguém pode argumentar contra, já que diz respeito à condição inerente à tarefa do tradutor: sua reconstrução de sentidos, e autonomia original de coautor do texto com o qual trabalha. Por outro lado, assim como existem tradutores que aprovam a tradução livre, também existem os tradutores que defendem que a tradução deve manter os traços da cultura de origem. Isto para que os leitores possam ser capazes de perceber e aprender com as diferenças presentes no texto de partida – até mesmo na literatura infanto-juvenil, gênero profundamente marcado por perspectivas mais domesticadoras de tradução.

Quanto à tradução de literatura infantil, no entanto, a domesticação e a estrangeirização são questões muito delicadas. Vários estudiosos desaprovam a domesticação como um método desnaturalizador e pedagógico da literatura infantil: as crianças devem ser capazes de encontrar o estrangeiro nos textos traduzidos e aprender a tolerar as diferenças, a alteridade, o estrangeiro (OITTINEN, 2006, p. 43, tradução nossa)⁸

De fato, trata-se de uma questão delicada em qualquer tipo de texto. Isto mesmo porque a própria definição do que é manter o texto doméstico ou estrangeiro pode variar de um sujeito para outro. Do modo que vemos, inclusive, é impossível fazer uma tradução completamente estrangeirizadora ou completamente domesticadora – em certa medida, toda tradução faz um pouco das duas coisas. Visando uma compreensão mais harmônica, Branco e Maia (2016, p. 213) argumentam que “as obras literárias geralmente têm sua escrita relacionada a práticas sociais, já que as palavras fazem emergir um retrato histórico de uma época e do seu contexto sociocultural”. Sendo assim, a liberdade do tradutor é primordial para que este saiba lidar com o aspecto identitário que existe por trás de todo o material textual, mesmo porque “as estratégias utilizadas na tradução são muitas vezes assinaladas por condições históricas e ideológicas” (BRANCO e MAIA, 2016, p. 214). Na direção oposta se dirigem os argumentos de Rodrigues (2009), que tece suas ideias a partir da leitura que faz do teórico da tradução Antoine Berman, em *L'épreuve de l'étranger* (1984). Para a autora, Berman entende que a “boa tradução”, a

⁸ *As for translating children's literature, however, domestication and foreignization are very delicate issues. Several scholars disapprove of domestication as a method denaturalizing and pedagogizing children's literature: children should be able to find the foreign in the translated texts and learn to tolerate the differences, the otherness, the foreign.*

tradução ética, é aquela que mantém os traços da língua e cultura estrangeira. Nesse caso a “tradução ruim” é aquela que se distancia do Outro, ou seja, a tradução domesticadora (RODRIGUES, 2009).

Tendo em vista que a tradução tem o poder de reconstruir conceitos e valores culturais com suas inevitáveis manipulações, é importante ter em mente que isso ocorre para o bem ou para o mal – ou seja, com o texto traduzido questionando ou mantendo estereótipos culturais para atrair o público consumidor. Sobre os polos domesticador e estrangeirizador, Souza (1998, p. 51) postula o seguinte: “A fim de conciliar e integrar essas posições extremistas, pode-se argumentar que elas podem ser vistas como complementares [...], dependendo do objetivo, do tipo de texto e da sua função predominante”. Isto é dizer que, além de ser sempre um pouco das duas coisas, o que faz com que uma tradução seja mais ou menos estrangeirizadora vai muito além do tipo de texto a ser traduzido. Por exemplo: traduzir uma peça de teatro para um público acadêmico interessado em estudar o contexto e particularidades do texto de partida é completamente diferente de traduzir essa mesma peça para que ela seja encenada por um grupo local. Enquanto no primeiro caso notas explicativas possam ser muito bem recebidas, no segundo elas não fariam o menor sentido. Além disso, dependendo também “do maior ou menor grau de convergência ou de divergência linguística e cultural entre as duas línguas envolvidas na tradução, uma tradução pode ser mais ou menos literal, ou mais ou menos livre” (SOUZA, 1998, p. 52). O argumento faz sentido, ainda que, na nossa leitura, reproduza alguns equívocos. Isto porque, cientes da natureza híbrida, abstrata e subjetiva da língua, entendemos que a literalidade é uma ilusão – ainda que um mesmo discurso seja reproduzido no mesmo idioma, com as mesmas palavras, ele nunca operaria do mesmo modo.

Indo além de questões pessoais de cada teórico, e como eles veem as traduções, temos algo que as regularizam e impõe um certo rigor aos métodos de traduções desenvolvidos atualmente. Por isso achamos importante lembrarmos desse elemento que se mantém “oculto” naquilo que concerne essas decisões que, somente em tese, partiriam única e exclusivamente do tradutor do texto em questão: o mercado editorial. Este elemento não só influencia os tradutores, como também censuras certas decisões tradutórias ao mesmo tempo em que exaltam outras. Isto é dizer que, muitas vezes, o tradutor pode apresentar as mais desconstruídas e/ou atualizadas estratégias de tradução, pode ser um sujeito autônomo, ciente de seu papel de agente ativo no processo tradutório, disposto a assumir a responsabilidade de coautoria que exerce no texto do qual agora faz parte – mas isso tudo será sempre insuficiente. As editoras seguem, em sua maioria (com algumas poucas exceções, se pensarmos no mercado editorial brasileiro), com cartilhas profundamente rígidas com relação às normas que as traduções devem seguir. Não existe, via de regra, um projeto específico para cada texto; o que existe é um grupo de revisores que

precisa ser agradado, e um público específico, já estabelecido, que precisa ficar satisfeito com o resultado da tradução. Assim, o tradutor fica nessa fronteira invisível entre suas demandas e seu agenciamento consciente; efetivamente, ele pode até saber da liberdade que deveria possuir, ao mesmo tempo em que convive com a necessidade de abrir mão dela para ter o seu projeto aprovado.

Porém, vale pensarmos no quanto é impossível que, como tradutores, consigamos promover uma completa manutenção das ideias e intenções de um determinado autor da língua x para a língua y, por exemplo, sem que houvessem alterações, mantendo todas as características da história, do autor, sua personalidade e sua escrita exata. Enfim, sermos capaz de transmitir à outras pessoas as propriedades precisamente pertencentes ao texto de partida para dar aos novos leitores a impressão de que estão lendo a obra original seria, além de impossível, completamente irrelevante e até mesmo prejudicial no que tange ao âmbito literário. Todo texto, em diferentes níveis, necessita de uma adaptação para a compreensão dos seus novos leitores, lembrando que as traduções têm suas características pautadas nas práticas sociais, condições históricas e ideológicas, como apresentadas por Branco e Maia (2016), anteriormente. Isto porque, inevitavelmente, cada língua carrega suas características e formas de transmitir ideias e significados. Segundo Souza (1998, p. 58), “é verdade que nem sempre existem correspondências exatas de valores entre as línguas (no sentido saussuriano do termo), mas há correspondências de significação. Do contrário, qualquer tradução seria impossível”.

3. Discussão: Uma análise marxista da literatura e da tradução

Em linhas gerais, a história do texto de partida de nosso objeto de pesquisa, *The purple Jar* (EDGEWORTH, 1801), é a seguinte: enquanto uma menina passeia com a mãe pelas ruas de Londres, a ela é dada a decisão de escolher entre sapatos novos ou um jarro roxo para consumo. Mais especificamente, a criança deveria escolher entre algo que ela necessita ou algo que ela deseja. Como também fariam muitas outras crianças, a garotinha pede para sua mãe que compre ambos – o jarro que ela quer, e os sapatos dos quais ela precisa. Porém, sua mãe nega alegando não ter dinheiro suficiente. A criança, desse modo, reclama, reflete e, por fim, toma sua decisão. Tendo escolhido aquilo que ela desejava, ao invés daquilo que precisava, ela acaba por arrepender-se posteriormente. A mãe, por sua vez, a aconselha a ser mais prudente em suas escolhas futuras, e mostra para ela que sua situação atual havia sido consequência de uma escolha malfeita. A garotinha conclui, portanto, que deve sempre privilegiar o consumo daquilo que precisa, e não daquilo que futilmente deseja.

Do modo que vemos, a história deste conto que optamos por traduzir traz uma lição que serve para grande parte do público infantil e juvenil de todo o mundo, já que o consumismo é algo bastante presente em nossas vidas; isso

faz com que as pessoas busquem satisfazer a felicidade através da aquisição de forma ilimitada, muitas vezes influenciadas pelos meios de comunicação em massa. Esse consumo desenfreado é motivado pelo reconhecimento social, objetivando a demonstração de riqueza (GOMES, 2010). O consumismo também pode fazer com que as pessoas tenham uma vida mais precária e infeliz, isso tudo por conta do endividamento, causando-lhes preocupação. Com isso, muitas pessoas buscam trabalhar mais para sanar as dívidas, ou para continuar comprando, o que não implica numa melhor qualidade de vida. Essas necessidades, por muitas vezes, são apenas desejos de posse, indo além das necessidades básicas. Vivemos cercados de propagandas e anúncios de produtos, e isso reforça o desejo em possuir coisas que, muitas vezes, são supérfluas e que, realmente, não tem utilidade. Para ajudarmos a compreender melhor esse pensamento, trazemos a lembrada máxima de Karl Marx (2013, p. 158) que sumariza muito bem o valor das coisas: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 2013, p. 158).

Partindo da premissa marxista, retornamos então a história do conto selecionado. Podemos relacionar com a decisão infeliz que a menina fez ao desejar ter o vaso ou invés de ter o par de tênis novo que ela tanto precisava. Isso porque, no sistema capitalista, os objetos possuem tanto um valor de uso quanto um valor de troca, sendo o valor de uso associado à utilidade do produto em questão e o valor de troca associado ao seu custo. Ainda que para alguns olhares desatentos essas duas coisas possam parecer interligadas, no atual cenário elas já não tem nada a ver uma com a outra. Exemplo disso é a diferença entre o preço de uma roupa simples e uma roupa de marca; ou, extrapolando os limites do comércio, entre um cão vira-lata e um cão de raça (ambos os exemplos fazem menção à “produtos” que possuem o mesmo valor de uso, mas valores de troca completamente diferentes).

Assim, pensando ainda no caso de nossa protagonista, quando esta escolhe o vaso ao invés do par de tênis, percebemos que ela não reflete muito acerca do valor de uso dos dois produtos. Ou seja, ela privilegia um objeto o qual não teria quase nenhum real valor para ela, além de servir como enfeite. Isso nos faz refletir sobre o comportamento das crianças de hoje em dia, as quais, muitas vezes, não dão valor ao trabalho de seus pais para conseguir ganhar dinheiro, e já desde pequenas buscam satisfazer esses desejos momentâneos. Trata-se este de um comportamento que é estimulado desde a infância – através de propagandas apresentadas durante os programas infantis – mas que se potencializa na vida adulta; sendo que essas crianças preocupadas em comprar objetos brilhantes ou coloridos simplesmente pela graça de tê-los estão fadadas a seguir se frustrando com esse consumismo pelo resto de seus dias – já que o prazer em comprar deixa de existir assim que o objeto de desejo é adquirido. É através desses objetos tão desejados que as pessoas sentem prazer e satisfação, sentindo-se realizadas não em obtê-los, mas no processo de

aquisição desses – no ato da compra. Segundo Marx (2013, p. 157), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. Logo na primeira página da narrativa – optamos, aqui, em citar a tradução literal da versão do texto fonte, para não entrar em conflito com nosso próprio método de tradução que será apresentado a seguir – podemos perceber como se dá essa questão da satisfação ou da insatisfação por meio do consumo, independente do objeto consumido:

“Oh! mãe, eu ficaria muito feliz”, disse Elisa, ao passar por uma loja de brinquedos, “se eu tivesse todas essas coisas bonitas!” “O que? Tudo? Você deseja todas essas coisas, Elisa?” “Sim, mãe, todas.” Enquanto ela falava, elas chegaram a uma loja de acessórios de roupas; nas janelas estavam penduradas fitas, rendas e enfeites de flores artificiais. “Olha só! mãe, que lindas rosas! Você não vai comprar nenhuma?” “Não, filha,” Disse a mãe. “Por quê?” “Porque eu não as quero, minha querida.” Elas foram um pouco mais longe e chegaram a outra loja, que chamou a atenção de Elisa. Era uma joalheria; e havia muitos enfeites bonitos guardados em gavetas atrás do vidro. “Mãe, você poderia comprar alguns desses?” “Qual deles, Elisa?” “Qual? Eu não sei qual; mas qualquer um deles, porque são todos bonitos.” “Sim, eles são todos bonitos; mas qual a utilidade deles para mim?” “Eu não sei! Só para comprá-los! Ah, eu tenho certeza que você poderia encontrar algum uso, se você os comprasse primeiro.” “Mas eu preferiria descobrir para que eu iria ocupá-los primeiro.” Elisa lamentou muito que a mãe não quisesse nada. (EDGEWORTH, 1801, p. 1)⁹

A partir do texto acima, arrisca-se dizer que uma análise marxista nos ajudaria a compreender e refletir sobre a moral da história dessa menina que está aprendendo a se relacionar com o mundo do consumo. Podemos inferir isso ao perceber, quando a mãe diz para a filha que não tem dinheiro para comprar tais objetos tanto desejados por ela, que o desejo não se relaciona a utilidade, mas diz respeito a uma manipulação mercadológica, uma impressão de utilidade e criação de necessidade que não condiz com aquilo que, fora do mercado de consumo, se apresenta na realidade da menina. Desconsiderado o valor do trabalho e do dinheiro conquistado a partir dele, a garota não compreende porque conquistar tais objetos parece ser um processo que se vê atrapalhado

⁹ “Oh! mother, how happy I should be,” said she, as she passed a toy-shop, “if I had all these pretty things!” “What, all! Do you wish for them all, Rosamond?” “Yes, mamma, all.” As she spoke, they came to a milliner’s shop; the windows were hung with ribbons, and lace, and festoons of artificial flowers. “Oh! mamma, what beautiful roses! Won’t you buy some of them?” “No, my dear.” “Why?” “Because I don’t want them, my dear.” They went a little farther, and they came to another shop, which caught Rosamond’s eye. It was a jeweler’s shop; and there were a great many pretty baubles, ranged in drawers behind glass. “Mamma, you’ll buy some of these?” “Which of them, Rosamond?” “Which? I don’t know which; but any of them, for they are all pretty.” “Yes, they are all pretty; but of what use would they be to me?” “Use! Oh, I’m sure you could find some use or other, if you would only buy them first.” “But I would rather find out the use first.” Rosamond was very sorry that her mother wanted nothing (todas as traduções do texto de Edgeworth para o português são nossas).

por tantos obstáculos. Já no caso da tradução em si, a análise marxista foi fundamental para algumas de nossas escolhas domesticadoras que, apesar de alterar consideravelmente o texto de partida, faz jus ao nosso projeto tradutório de rearticular a crítica ao consumismo também no texto de chegada. Uma dessas escolhas, e talvez a maior dela, diz respeito a substituição do principal objeto do texto. Nesse caso, substituímos o jarro por uma luminária de princesa, justamente porque, do modo que vemos, nos dias atuais seria muito fantasioso acreditar que um vaso roxo, comprado em uma farmácia, seria enxergado como objeto de desejo pelas nossas crianças. A luminária, por outro lado, nos pareceu uma opção válida tendo em vista que este se trata de um produto comercializado na contemporaneidade e que visa o público feminino infantil. Atualmente, tal público (infelizmente, ao nosso ver) se vê situado em uma realidade brasileira em que o imaginário da princesa segue muito forte – alimentando a desigualdade de gênero e o “anti-feminismo”, que parece estar na moda.

Segundo Marx (2013, p. 157), “o valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual, valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013, p. 158). Pensando nessa relação em que o valor de uso se altera constantemente no tempo e no espaço, percebemos que a protagonista só faz uma verdadeira reflexão sobre o valor do produto que adquire depois de não haver mais volta. Ou seja, passada a êxtase do consumo, ela percebe que fez uma escolha ruim – conclusão à qual poderia ter chegado antes se estivesse menos alienada ou não tivesse aceitado a manipulação mercadológica que acomete, ainda hoje a tantas crianças. Será que todas as crianças estão geneticamente programadas a se comportar de modo tão alienado perante o valor das coisas, seu uso e necessidade? Ou seria isso um resultado da “clientização” da infância – ou seja, consequência inevitável de uma sociedade que, a cada dia mais, vê em suas crianças potenciais consumidores e fonte fácil de lucro. Segundo Santos (2016), durante os últimos anos houve um crescimento estratégico na área da publicidade responsável por garantir a venda de produtos voltados a crianças – objetos de consumo que realmente lhes chamassem a atenção. Como resultado esperado, as crianças são estimuladas ao consumo a todo momento, seja assistindo TV, andando nas ruas, no passeio ao *shopping*, enfim.

Dessa forma, é despertado nessas crianças o desejo de possuir tal produto. Isso tudo é reforçado, do modo que vemos: pela falta de compreensão do valor do dinheiro e do esforço empregado para obtê-lo; pelo abandono dos pais, que muitas vezes se veem obrigados a retribuir a carência que os filhos têm deles comprando isso ou aquilo; pelo crescente consumismo que atinge todos os níveis da sociedade, onde tudo tem virado comércio. Podemos, talvez, justificar a escolha da menina pela sua inocência de criança; apenas para ter algo que lhe agradava mais, não algo que supriria uma necessidade – e, sendo

uma criança, ela pouco refletia acerca dessas necessidades, pelo menos até então. Muitas crianças ainda não têm foco em questões que exigem responsabilidade, mas isso é, também, uma questão cultural. Contudo, o livro evidenciou que alcançar essa capacidade não é uma questão de ser adulto ou criança, mas sim de maturidade e consciência financeira sobre valores de uso e de troca – que todos, adultos e crianças, deveríamos ter. Se na época em que o texto de partida foi escrito o consumo alienado já era uma realidade inquestionável, a situação é ainda mais alarmante no cenário atual – e também por isso propusemos fazer essa tradução.

4. A tradução

Em termos metodológicos, para a tradução do livro de Maria Edgeworth (1801), foram tomados os seguintes procedimentos. Primeiramente, houve a necessidade de uma leitura cautelosa, analisando e pensando em novas formas de expressar os significados articulados na narrativa do texto fonte. Para isso, transformamos o texto levando em conta elementos inerentes à cultura da língua de chegada, ou seja, o português brasileiro. Nessa trajetória, pensamos em como tornar o texto o mais frutífero possível para as crianças brasileiras, os futuros leitores. Para alcançar tal objetivo, nossas interferências foram pensadas no sentido de trazer a obra mais perto do público infantil brasileiro. Há a possibilidade, por exemplo, de que as crianças brasileiras não estejam tão familiarizadas com a cidade inglesa Londres, sendo mais fácil e rápida a assimilação quando apresentada uma cidade brasileira como a escolhida para a nova narrativa; nesse caso, a nossa tradução faz uma adaptação e relata os fatos ocorridos na nova versão como se tudo acontecesse na cidade de São Paulo. Além disso, entendemos que o nome da protagonista, Rosamond, soaria um tanto estranho para essas crianças, então o substituímos pelo nome Elisa, o qual foi uma escolha aleatória, tratando-se, porém, de um nome brasileiro muito comum e, portanto, de fácil assimilação para os novos leitores que a conhecerão durante a história. Segue uma evidência do texto:

She wished to stop to look at them; but there was a great number of people in the streets, and a great many carts and carriages and wheelbarrows, and she was afraid to let go her mother's hand.
(EDGEWORTH, 1801, p. 1)

Ela queria parar para olhá-los; mas havia um grande número de pessoas nas ruas e muita agitação de camelôs com seus carrinhos e pessoas estranhas, e ela teve medo de se perder ao soltar a mão de sua mãe. (Tradução nossa)

Para tornar mais fácil que os novos leitores se relacionassem com a obra, e na tentativa de conectar a narrativa com o seu novo espaço, alguns objetos

foram eliminados ou substituídos da narrativa. Pensamos, por exemplo, em adaptar a história para a contemporaneidade; tentando trazer elementos e aspectos já obsoletos para um cenário mais moderno. Um dos momentos em que isso acontece é já ao início da narrativa. É bastante provável que uma criança brasileira, na atualidade, não imagine carroças, carrinhos de mão ou carruagens andando pela rua de sua casa; por isso adaptamos esses objetos, substituindo-os por “camelôs e seus carrinhos” – algo mais próximo do contexto social presente em grande parte do Brasil. Mas, como já dito anteriormente, o elemento principal da história, apresentado no texto fonte, também foi substituído: o vaso. Apesar de ser um dos elementos marcantes da história do texto de partida, acreditamos que seria difícil para uma criança brasileira contemporânea entender qual a base da confusão de Elisa. Que criança gostaria de um vaso a esse ponto? Com isso, substituímos esse objeto por uma luminária de princesa. Acreditamos que a alteração desse elemento não ultrapassa os limites das características do texto fonte, respeitando e mantendo uma semelhança com o objeto anterior, o vaso, naquilo que nos importa: a atração por algo carente de utilidade, mas repleto de manipulações mercadológicas que geram o efeito de interesse por parte do consumidor. Esse trecho demonstra como, ao traduzir o texto, damos-nos conta que o nosso processo de sua leitura e releitura é diferenciado; isto porque a forma que lemos um texto para uma possível tradução é muito mais complexa do que uma leitura por prazer.

Isso não quer dizer que ler um livro idilicamente seja em si uma experiência simples, mas sim que o leitor + tradutor, bem como o crítico literário, precisa estar sempre com o olhar um pouco à frente do objeto com o qual trabalha. Entendemos que a leitura do tradutor requer uma imaginação que, além da análise acurada do texto lido, precisa estar atenta e disposta a produzir hipóteses acerca de como as ideias ali elaboradas poderiam ser rearticuladas e recontadas um em outro idioma. Sabendo dessa dificuldade, o tradutor precisa encontrar maneiras de reproduzir e transmitir a mensagem de maneira responsável; ou seja, recontar a história segundo sua leitura, agora com uma nova roupagem, através da leitura analítica prévia. Oittinen (2006, p. 39, tradução nossa) reflete um pouco acerca dessa leitura particular que ele precisa fazer das obras que traduz: “Eu não estou lendo mais para mim mesmo, mas para poder escrever e recontar a história para leitores infantis finlandeses”. Em nossa tradução de *The Purple Jar* (EDGEWORTH, 1801), cientes de que não estávamos mais lendo somente para nós mesmos, mas para recontar a história para nossos leitores infantis brasileiros, fizemos mudanças e alterações dos mais diversos graus.

Em pequeno grau, foram feitas alterações como substituir “*my dear*” por “filha” ou “Elisa”, para manter o texto com um tom mais natural; já que acreditamos ser incomum, no Brasil, que os pais chamem seus filhos de “meu querido” ou “minha querida”. Outra alteração, talvez com grau de significância

maior, foi substituir o termo “shoes” por “tênis” – ainda sendo que a palavra “sapato” talvez fosse mais propícia. Acreditamos, apesar disso, que hoje seja mais comum crianças utilizarem tênis para brincar e/ou caminhar. Outra alteração foi mudar o nome de um dos personagens e sua função, sendo “Mr. Sole, the shoemaker” por “Senhor Carlos, vendedor”. Isto pois, ainda que o nome “Sole” tenha potencial metafórico (afinal, significa “sola” em português), a profissão de sapateiro vem se tornando cada vez mais incomum – sendo que estamos passando a adquirir calçados majoritariamente lojas especializadas. Existe um outro momento, na história do texto de partida, em que a mãe da menina pede ao seu empregado para que este volte à loja pela qual já haviam passado com a tarefa de comprar o vaso que a menina desejava. Nesse caso, também foi feita uma alteração, o “servant” foi substituído por “tio”, já que consideramos as famílias que tem condições de ter algum empregado para serviços desse tipo uma minoria – incapaz, assim, de representar a família brasileira comum. Em muitos momentos, além dos supracitados, optamos por suprimir e/ou alongar certos trechos da história, segundo nossa leitura e interpretação dela. Isto fizemos com o objetivo de tornar a fala dos personagens mais próxima daquilo que consideramos comum ao discurso das crianças e de suas mães/pais: alguns dos trechos adicionados no discurso da mãe trazem algo como: “você que a quis” ou “sem chorar”; já no caso do discurso da filha duas de nossas adições são: “mas não gostei da escolha que fiz, mamãe” e “princesa inútil”.

“No, Rosamond, you must abide by your own choice; and now the best thing you can possibly do is to bear your disappointment with good-humour.” “I will bear it as well as I can,” said Rosamond, wiping her eyes, and she began slowly and sorrowfully to fill the vase with flowers [...]. “They would have been of so much more use to me than that jar: however, I am sure—no, not quite sure—but I hope I shall be wiser another time.” (EDGEWORTH, 1801, p. 5)

“Não, Elisa, essas são as consequências de sua própria escolha, pois, você que a quis; e agora a melhor coisa que você pode fazer é aceitar isso com bom humor, sem chorar.” “Vou aceitar, mas não gostei da escolha que fiz, mamãe” - disse Elisa, enxugando os olhos. Com tristeza, ela trouxe de volta para o seu quarto seu antigo abajur, e colocou a princesa, praticamente intocada, no quarto de visitas para ser esquecida [...]. “Eles teriam sido muito mais úteis para mim do que aquela princesa inútil. Prometo que serei mais esperta da próxima vez.” (Tradução nossa)

5. Considerações finais

O processo tradutório implica numa reinvenção – uma análise crítica e interpretativa acompanhada pela agência da (re)escrita. O tradutor busca

adaptar elementos e ideias de uma cultura para outra de forma a facilitar a comunicação, se essa for a intenção de seu projeto, ou rearticular a complexidade de uma ideia e/ou conceito, se for essa a intenção do texto de chegada. Isto quer dizer que nem sempre o papel do tradutor é de “facilitador”, pois, às vezes, facilitar um texto é agir em detrimento daquilo que dele deve ser apreendido. O estranhamento, assim, também é necessário – e é através da dúvida, confusão e dificuldade perante um texto que, muito aprendemos com ele. Já estamos cientes de que os textos são traduzidos, e que, traduzidos, são também modificados – e isso as grandes editoras já passaram a utilizar em seu favor, fazendo do projeto de tradução selecionado elemento crucial para a propaganda.

Apesar das vertentes do mercado editorial se direcionarem cada dia mais, aparentemente, para o lado da tradução como interpretação ou como paráfrase na busca da adaptação de elementos para a cultura alvo, ainda há teóricos (teimosos) que afirmam que a tradução deve ser fiel a obra de origem, seja lá o que isso signifique. Segundo essa visão, a tradução ideal é aquela que não abre espaço para interpretações aleatórias e traz o sentido real, causando o mesmo impacto em ambas as línguas, de partida e de chegada. Gill Paul (2009, p. 1), argumenta que “quando obras literárias são traduzidas, o trabalho do tradutor é recriar essa obra de arte de forma sensível e perfeita, de modo que seja fiel ao original, além de ser igualmente encantadora, poética e perceptiva”. Percebe-se que, para ele, a tradução literal ainda é o melhor caminho; o recomendável é que o tradutor sustente uma univocidade textual, algo imutável, protegido de deformações. Sua fala é retrógrada e claramente questionável; como é que se pode quantificar e qualificar um trabalho sensível e/ou perfeito? Como escrever algo igualmente encantador, poético e/ou perceptivo? Da forma que vemos, a própria leitura daquilo que é artístico carece de coerência por parte dele. “Graça, beleza, cor e sabor devem ser capturados, e o trabalho resultante também deve ser compreendido por seu novo público e fazer sentido em todos os níveis. Uma tradução deve ter as mesmas virtudes do original e inspirar a mesma resposta em seus leitores” (PAUL, 2009, p. 2, tradução nossa).¹⁰

Nenhuma graça, beleza, cor e nem sabor podem ser capturados ou compreendidos em todos os níveis, seja pelo leitor do texto de partida, seja pelo leitor do texto de chegada. A fala de Paul (2009) nos carrega para os escritos clássicos sobre tradução; quando se via no texto literário algo de espiritual, um canal direto e objetivo para a alma do autor, o qual, por sua vez, detinha a verdade do texto. Águas passadas, que, como podemos ver, infelizmente ainda movem moinhos. Afinal, “a tradução é justamente a desconstrução da verdade absoluta ainda que queira ser verdade. Refutar essa verdade é, ao mesmo tempo, assumi-la e, nesse jogo de contradições, ela ocupa o duplo viés da

¹⁰ *Grace, beauty, colour and flavour must be captured, and the resulting work must also be capable of being understood by its new audience, and make sense on every level. A translation should have the same virtues as the original, and inspire the same response in its readers.*

‘aceitação’ ou da ‘negação’ da letra e do sentido” (BRANCO; MAIA, 2016, p. 219). Ainda, Branco e Maia (2016, p. 218) afirmam que a cultura alvo influencia sim na construção de uma tradução, seja ela qual for. Esse trabalho por sua vez irá, se do agrado do leitor, render financeiramente a editoras de tradução, sendo esse, claro, o principal objetivo das editoras: “Tal conceito se aplica à constatação de que há uma intenção mercadológica por trás de qualquer tradução literária, e ela se justifica pelo imperativo da audiência, uma vez que o trabalho tradutório deve manter o nível de aceitabilidade [...]” (BRANCO; MAIA, 2016, p. 218). Tal aceitabilidade é definida pelo pente fino das editoras; caso os tradutores decidam desviar de suas exigências entram os revisores com seus olhares minuciosos para detectar fugas aos padrões estabelecidos.

Acreditamos que, na atualidade, devemos desviar de visões tradicionalistas sobre a tradução e aceitar o seu caráter transformativo, bem como alimentar uma preocupação não mais com o sentido centrado no texto fonte, mas com uma linguagem mais maleável e estética para o texto traduzido. Assim, é importante fugir da linguagem estereotipada e gasta acerca desse tema, dando lugar a função poética do texto traduzido; através da liberdade de interpretação e recriação, o tradutor pode dar origem a um texto renovado, também dotado de um valor original – a originalidade da tradução. A tradução trabalha, também e sobretudo, com questões culturais e ideológicas. As questões culturais dizem respeito às rearticulações relacionadas aos costumes, ações, crenças e narrativas específicas a cada cultura – negociação inevitavelmente necessária para quem trabalha estabelecendo uma ponte entre uma primeira e uma segunda cultura (sem contar as demais culturas que se entrelaçam dentro de cada uma dessas duas majoritárias). Porém, no que tange questões ideológicas chegamos às relações de poder estabelecidas entre o contexto de chegada e de origem – relações que algumas traduções são propostas de modo a neutralizá-las, ou seja, fazer com que pensamentos do texto fonte não se sobreponham aos costumes e valores do público para o qual ele é direcionado e vice-versa. “A função da ideologia, também, é legitimar o poder da classe dominante na sociedade; em última análise, as ideias dominantes de uma sociedade são as ideias de sua classe dominante” (EAGLETON, 2003, p. 5). Trazendo nossa discussão sobre tradução para a luta de classes, percebemos, portanto, como as questões ideológicas, que todo e qualquer texto carrega, moldam e são moldadas pela sociedade onde originais e traduções circulam.

Com a nossa tradução de *The purple Jar* (EDGEWORTH, 1801), buscamos chegar o mais próximo possível das características do texto de origem de Edgeworth (1801); e entendemos essa (nova) originalidade justamente como a possibilidade de rearticular a obra para um contexto social e espacial que em tanto se distancia de sua primeira publicação. Através do método de domesticação utilizado na maior parte dessa tradução, algumas alterações, do

modo que vemos, enriqueceram o texto, dando a ele novos traços e atualizando-o para que um novo público pudesse não apenas compreendê-lo, mas se identificar com ele. Entendemos que ambas as línguas português do Brasil e inglês não compartilham o mesmo esquema de palavras e propriedades sintáticas – ainda mais sendo a primeira uma língua românica e a segunda uma língua germânica. A tradução, por isso, pode resultar em um grande leque de alterações, transformações, substituições e em uma busca mais criativa por equivalências muitas vezes inovadoras. Por isso, não desprezamos nenhuma das perspectivas e estratégias possíveis de serem trazidas para nossas reflexões acerca dessa tradução. Seu objetivo é, principalmente, poder compartilhar uma obra extremamente interessante e rica em conteúdo para mais pessoas, adaptando alguns vocábulos num contexto mais atual e moderno. Acreditamos, logo, que esse objetivo principal foi alcançado, respeitando nosso projeto de tradução, que foi o de realizar quantas transformações julgássemos necessárias, reiterando o aspecto crítico da narrativa.

Referências

ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. Serafim Ponte Grande. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

ANTUNES, Benedito. Notas sobre a tradução literária. *Alfa*, v. 35,1-10, São Paulo, 1991.

BARRIE, James Matthew. *Peter Pan*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 1911.

BAUM, Lyman. Frank. *O Mágico de Oz*. Ed. Leya. Tradução de Santiago Nazarian. Rio de Janeiro: Leya, 2011.

BERMAN, Antoine. *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Gallimard, Michigan, 1984.

BEZERRA, Paulo. A tradução como criação. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 76, p. 47-56, 1 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n76/07.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRANCO, Sinara de Oliveira; MAIA, Iá Niani Belo. O entrelugar da tradução literária: as exigências do mercado editorial e suas implicações na formação de identidades culturais. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 69, n. 1, p. 213-221, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ides/v69n1/2175-8026-ides-69-01-00213.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2019.

CARROLL, Lewis. *Alice no País das Maravilhas*. Tradução de Márcia Feriotti Meira. São Paulo: Martin Claret, 2007.

EAGLETON, Terry. *Marxism and Literary Criticism*. 2ed. England: Taylor & Francis e-Library, 2003.

EDGEWORTH, Maria. *Early Lessons*. London: Pickering & Chatto. Ireland, 1801. *The purple jar*. Disponível em: <<https://etc.usf.edu/lit2go/pdf/passage/5098/fairytales-and-other-traditional-stories-023-the-purple-jar.pdf>> Acesso em: 23 maio. 2019.

GOMES, Daniela Vasconcellos. O consumo na sociedade contemporânea: entre o ter e o ser. *Jornal Informante, Farroupilha – RS*, v, 148, p. 04, 17 dez. 2010.

LATHEY, Gillian. *The Translator Revealed Didacticism, Cultural Mediation and Visions of the Child Reader in Translators' Prefaces*. UK: University of Roehampton, 2006.

MARX, Karl. Livro I: O processo de produção do capital. *O Capital: Crítica da economia política*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MILNE, Alan. Alexander. *Ursinho Puff*. Tradução de Monica Stahel. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994

OITTINEN, Riitta. *No Innocent Act: On the Ethics of Translating for Children*, 2006, pp. 35-46, editado por Jan van Coillie, Walter P. Verschueren.

PAUL, Gill. *Translation in practice: a symposium*. London: Dalkey Archive Press, 2009.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Prefácios e notas de tradutores brasileiros dos anos 1930 a 1950. *Tradução em Revista*, p. 01-13, 2009. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14727/14727.PDF>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SANTOS, Alex Félix dos. *Infância, mídia e consumo*. Estadão, 2016. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-dos-colegios-poliedro/infancia-midia-e-consumo/>>. Acesso em: 30 agosto de 2019.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. “Über die verschiedenen Methoden des Übersetzen”. In: Heidermann, Werner (Org.). *Clássicos da Teoria da Tradução*. Vol. I Alemão-Português. Tradução de Margarete von Mühlen Poll, Florianópolis: USFC, Núcleo de Tradução, 2001 (26-87).

SOUZA, José Pinheiro de. Teorias da Tradução: Uma Visão Integrada. *Revista de Letras*, n. 20, v.1/2. jan/dez 1998. Disponível em: <<http://www.revistadeletras.ufc.br/rl20Art09.pdf>>. Acesso em: 23 maio. 2019.

THOMSON-WOHLGEMUTH, Gabriele. *Children's Literature and its Translation*. An Overview. University of Surrey, 1998.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility: A history of translation*. London and New York: Routledge, 1995.

ZIMBRES, Patricia de Queiroz. Carvalho. *Projeto Final de Tradução: Tradução Literária e Teoria da Tradução*. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.